

O mercado das invasões

A titular da 3.^a Delegacia da Divisão de Comunicação Comunitária indiciou dois homens por venderem loteamento irregular na Serra da Cantareira. Com toda a certeza, deve saber que eram apenas dois testas-de-ferro de pessoas de grande poder econômico e de vastas ligações políticas, que são os verdadeiros e grandes loteadores clandestinos – verdadeiros empresários que pagam muito e orientam bem quem se presta a ser indiciado em seu lugar.

Essa história de “laranjas” é velha. A delegacia já assistiu a histórias semelhantes, com personagens semelhantes e finais iguais, dezenas de vezes. A cidade, também. Homens como os dois indiciados emprestam seus nomes para constar do topo do organograma de falsas associações que organizam loteamentos em locais proibidos, cometendo crimes contra o meio ambiente e o zoneamento urbano.

É sabido que o poder público não fiscaliza e muitos políticos até apóiam as invasões tendo em vista os dividendos eleitorais que podem obter. Muitos juízes, apesar das provas serem cabais, não decretam a prisão dos responsáveis, considerando a existência do déficit habitacional e a pressão que os sem-teto exercem sobre as autoridades.

Os autores desse tipo de crime – os que se utilizam de terceiros para vender lotes em locais proibidos – são tão privilegiados que têm até uma lei a seu favor: a lei de anistia, que atinge os que construíram casas em local proibido e é usada pela Prefeitura em véspera de eleições.

Um dia depois de denunciar em reportagem o crime cometido contra a maior floresta urbana do mundo, o Estado ouviu das autoridades municipais e estaduais promessas de providências urgentes para pôr fim à

devastação da Serra da Cantareira. Mal haviam passado dois dias e essas mesmas autoridades recomçaram a trocar acusações para livrar-se de responsabilidades. As promessas do governador em exercício – de inspeção in loco em caráter de urgência e de rigor na fiscalização – não passaram de palavras vazias. A Secretaria do Meio Ambiente informou que não pode fazer nada, pois tem apenas duas pessoas para fiscalizar 274 quilômetros quadra-

dos de áreas de mananciais. Em outros setores do governo estadual, houve pressa em afirmar que os loteamentos estão no entorno dos mananciais e, por isso,

são problema da Prefeitura.

Essa, por sua vez, também diz que conta com um quadro insuficiente de fiscais, apenas seis, cansados das ameaças dos loteadores. O secretário das Administrações Regionais resolveu ensinar o que deve ser feito: “A partir do momento que há um negócio ilegal, o ideal é ir atrás do bandido e não criticar a fiscalização; o Ministério Público é que deveria sair atirando.”

A invasão de áreas de proteção de mananciais não está beneficiando as pessoas que não têm casas, mas sim uns poucos que se enriquecem com essa situação. Os sem-teto de São Paulo pagam caro por um lote ilegal, sem infra-estrutura e ficam à espera da prometida anistia. Para sorte sua – e prejuízo da cidade –, a anistia sempre vem. O secretário da Habitação municipal acabou de declarar que o problema do déficit habitacional está sendo atacado por meio da regularização dos loteamentos formados até 1994.

Logo, logo, os loteamentos da Serra da Cantareira estarão devidamente legalizados, dando aos loteadores um crédito ainda maior no “mercado” e incentivando novas invasões.

Os autores dos crimes contra o ambiente e o zoneamento têm a seu favor até uma lei de anistia